

# ARARIPÉ DINIZ

**Ao Instituto para Fortalecimento da Agropecuária de Goiás - IFAG**

## **NOTA TÉCNICA JURÍDICA**

Assunto: Orientações sobre a observância da decisão liminar que veda novas contratações no âmbito do Termo de Colaboração nº 001/2025–SEINFRA/GOINFRA x IFAG e sobre a continuidade das obras já contratadas.

### **I. OBJETO**

01. A presente Nota Técnica tem por objeto analisar os efeitos da decisão liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública em que se discute a juridicidade do Programa de Parcerias Institucionais do Estado de Goiás e do Termo de Colaboração nº 001/2025–SEINFRA/GOINFRA x IFAG, especificamente no ponto em que a decisão determina a proibição de novas contratações no âmbito do referido ajuste.

02. A partir dessa análise, propõe-se orientar o IFAG quanto à conduta a ser adotada, recomendando-se o que segue: (i) a abstenção de realizar qualquer nova contratação não integralmente concluída antes da data da decisão liminar; e (ii) a continuidade apenas das obras, serviços e obrigações que já se encontrem integralmente contratados até a referida data, com a devida cautela na execução e na documentação de todos os atos praticados.

### **II. CONTEXTO FÁTICO-JURÍDICO**

03. Como se sabe, o IFAG celebrou com o Estado de Goiás, por intermédio da SEINFRA e da GOINFRA, o Termo de Colaboração nº 001/2025, tendo por fundamento as Leis Estaduais nº 21.670/2022, 22.940/2024 e 23.291/2025, bem como a Lei Federal nº 13.019/2014 (MROSC). A modelagem jurídica adotada foi objeto de sucessivos pareceres internos e externos, os quais reconheceram a possibilidade de implementação do programa mediante parceria com organização da sociedade civil, nos termos do art. 31, II, do MROSC.

04. Sobreveio, entretanto, decisão liminar em demanda judicial que questiona a constitucionalidade e a legalidade desse arranjo normativo e contratual, impondo, dentre outras medidas, **restrição expressa à realização de novas contratações no âmbito do Termo de Colaboração**. Com efeito, o comando central é no sentido de impedir que se ampliem, após a data da referida decisão, os compromissos assumidos com recursos do FUNDEINFRA por meio da parceria em questão.

05. Nesse cenário, impõe-se ao IFAG calibrar sua atuação de forma a, de um lado, cumprir integralmente a ordem judicial, evitando qualquer conduta que possa ser interpretada como descumprimento da liminar; e, de outro, preservar, tanto quanto possível, a segurança jurídica e a boa-fé nas relações já estabelecidas com terceiros, evitando a ruptura abrupta de contratos anteriormente firmados e a geração de danos desnecessários ao interesse público e ao patrimônio do próprio Fundo.

### III. EFEITOS DA DECISÃO LIMINAR SOBRE A ATUAÇÃO DO IFAG

#### III.1. Alcance da vedação a “novas contratações”

06. Em primeiro lugar, é preciso delimitar, em termos operacionais, o que se deve entender por “novas contratações” para fins de cumprimento da liminar.

07. Com efeito, considera-se nova contratação, em sentido relevante para a decisão judicial, todo ato que, após a data da liminar:

- (i) importe na celebração de novo contrato, termo, ajuste ou instrumento congênere com terceiros (empresas estruturadoras, executoras, prestadores de serviço, consultores, fornecedores de materiais, etc.), ainda que decorrente de procedimento iniciado anteriormente, **caso o vínculo jurídico ainda não estivesse aperfeiçoado**;
- (ii) configure adição substancial de escopo, de objeto ou de valor em contratos já existentes, de modo a caracterizar, na prática, **a assunção de novo compromisso de despesa**, não meramente acessório ou decorrente de obrigações já previstas;
- (iii) represente ordens de serviço ou autorizações de início de execução que abranjam obras, trechos ou frentes de trabalho não contemplados, de forma clara e específica, no contrato anteriormente celebrado, de modo que a nova ordem se traduza, em substância, em contratação de objeto novo.

08. Em contrapartida, não se compreende como “nova contratação”, desde que se atenda a critérios estritos, a mera execução de obrigações já previstas em contratos formalmente perfeitos e acabados antes da liminar, incluindo:

- (i) a emissão de ordens de serviço que se limitem a operacionalizar etapas de execução explicitamente previstas em contrato firmado antes da decisão;
- (ii) o adimplemento de parcelas de preço relativas a serviços já prestados ou etapas já executadas, ou a serem prestados dentro do escopo originalmente contratado;
- (iii) a formalização de atos meramente instrumentais, de natureza administrativa ou operacional, que não ampliem o objeto, o prazo ou o valor de forma a caracterizar nova assunção de compromissos.

09. A interpretação da liminar deve ser guiada por dois vetores, quais sejam, (i) o respeito integral ao comando judicial, de modo a não ampliar, após a decisão, o universo de obrigações assumidas com base na parceria; (ii) a preservação da boa-fé e da segurança jurídica, evitando que contratos concluídos e aperfeiçoados antes da liminar sejam inutilizados sem necessidade, gerando litígios, indenizações e potenciais danos ao próprio erário.

### **III.2. Continuidade das obras e serviços já integralmente contratados antes da liminar**

10. À luz desses parâmetros, entende-se juridicamente possível, e, em certa medida, até recomendável, que o IFAG dê continuidade às obras e serviços que estejam integralmente contratados antes da data da decisão liminar, desde que observadas as seguintes balizas:

- (i) Deve restar inequivocamente demonstrado, em cada caso, que o contrato foi celebrado em data anterior à liminar, com objeto e valor definidos, devidamente instruído e assinado pelas partes competentes, de modo a configurar negócio jurídico perfeito e acabado.
- (ii) A execução deve restringir-se ao escopo contratual originalmente assumido, vedada a inclusão de novos trechos, obras, serviços ou entregas que extrapolem o conteúdo do ajuste.

# ARARIPE DINIZ

- (iii) Eventuais aditivos contratuais devem ser manejados com extrema parcimônia, limitando-se, em regra, a ajustes estritamente necessários à preservação da execução (por exemplo, realocações internas de cronograma ou medidas indispensáveis para evitar colapso de obras já em andamento), e nunca para ampliar o objeto ou o valor de forma que possa ser interpretada como “contratação nova” disfarçada.
- (iv) Qualquer ato de continuidade deve ser cuidadosamente documentado, de modo a permitir, em eventual fiscalização judicial ou de controle externo, a clara demonstração de que se trata de mera execução de obrigação pré-existente, e não de inovação ou expansão de compromissos.

11. Sob esse enfoque, a manutenção da execução de obras já contratadas se coaduna com a lógica da proteção ao interesse público. A paralisação completa e imediata de contratos em curso, sem avaliação criteriosa, poderia acarretar deterioração de obras parcialmente executadas, aumento de custos futuros, quebra de empresas contratadas e multiplicação de pleitos indenizatórios, situações que, em última análise, tenderiam a prejudicar o próprio FUNDEINFRA e a coletividade.

## III. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

12. À vista do exposto, conclui-se que a decisão liminar que veda novas contratações no âmbito do Termo de Colaboração nº 001/2025 deve ser interpretada e cumprida de maneira estrita, sem, contudo, desconsiderar a necessidade de preservar a segurança jurídica, a boa-fé e o interesse público envolvidos na continuidade de contratos já firmados.

13. Dessa forma, recomenda-se que o IFAG adote, formalmente, as seguintes diretrizes:

1. **Abster-se de realizar qualquer nova contratação**, seja de empresas estruturadoras, executoras, consultores, fornecedores ou quaisquer outros terceiros, **excetuando-se apenas aquelas contratações que, comprovadamente, tenham sido integralmente formalizadas e concluídas (com assinatura válida e objeto delimitado) até a data da decisão liminar.**

## ARARIPE DINIZ

2. **Manter a execução apenas das obras, serviços e contratos que se encontrem integralmente celebrados antes da liminar**, limitando-se rigorosamente ao escopo, valor e prazos originalmente pactuados, e evitando qualquer extensão que possa ser caracterizada como contratação nova.
  3. Evitar a celebração de aditivos que importem em aumento de valor, ampliação de objeto ou extensão significativa de prazo, admitindo-se somente ajustes mínimos, estritamente indispensáveis para garantir a integridade e a conclusão de etapas já em curso, desde que sob robusta justificativa técnica e jurídica e, preferencialmente, com prévia ciência da SEINFRA e da GOINFRA.
  4. Prosseguir com os pagamentos devidos em razão de contratos anteriores à liminar, desde que relativos a serviços efetivamente prestados ou etapas contratualmente previstas, de forma a não gerar inadimplemento injustificado nem criar passivos desnecessários, sempre com documentação completa e rastreável.
14. Com a adoção dessas diretrizes, o IFAG não apenas cumprirá integralmente a ordem judicial, evitando qualquer risco de responsabilização por descumprimento, como também preservará, tanto quanto possível, a continuidade ordenada de contratos regularmente celebrados antes da decisão, minimizando prejuízos aos cofres públicos, às empresas contratadas e ao próprio interesse coletivo que orientou a criação do FUNDEINFRA e do Programa de Parcerias Institucionais.
15. É o parecer.

Brasília, 02 de dezembro 2025

Bernardo Araripe Diniz  
OAB/DF 23.341

Eduardo Araripe Diniz  
OAB/DF 53.860